

Ulysses adia votação em plenário

Tática contra *Centrão* é esperar Sistematização concluir trabalho

GIVALDO BARBOSA



Ulysses não se deixou sensibilizar pelo *Centrão*. Disse ao comando do grupo que "em princípio" é contra mudanças no regimento

Progressistas tentam neutralizar manobra

Esperança se combate com esperteza. Foi o que mostraram ontem os progressistas, que agiram rápido diante da anunciada manobra do *Centrão* de tentar mudar as regras do jogo nas votações em plenário com a esperança de barrar os avanços progressistas conquistados até agora na Constituinte. No final da tarde, uma reunião no gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciava o troco à direita: as votações previstas para hoje no plenário foram suspensas. Na sessão será denunciada a "manobra golpista da direita". A estratégia é ganhar tempo para acordos e para encerrar a votação na sistematização.

Os grupos de esquerda não acreditam que o *Centrão* consiga as 280 assinaturas necessárias para garantir a mudança do regimento. Mas pelo sim, pelo não, não abrem mão de um trunfo: a mudança, através de projeto de resolução, levaria 25 dias para tramitar na Constituinte antes de ser votada. Neste prazo, terminaria a votação na Sistematização cujo trabalho paralelo com o plenário é apontado como anti-regimental e serve de argumento para a direita requerer nova mudança no regimento.

A decisão de suspender a votação hoje para evitar o confronto e ganhar tempo para acordos com o *Centrão* foi tomada em reunião entre o deputado Ulysses Guimarães, o presidente e o relator da Sistematização, senador Afonso Arinos e deputado Bernardo Cabral, os líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso e o deputado Euclides Scalco, que atuou como líder interno e na ausência de Covas. A votação vai ser segura até o momento político adequado. E aí entra outro trunfo da esquer-

da: revelado por Cardoso: "na hora que ela começar, não dá mais para mudar as regras". O líder do PMDB no Senado bombardeou a manobra do *Centrão*: "os que perdem sempre inventam um mecanismo qualquer para mudar o jogo. Deveriam procurar composições políticas para alterar os pontos que interessam a eles".

A hipótese de votação preferencial para emendas inscritas por maioria absoluta e que sejam substitutivas de capítulos inteiros foi considerada absurda por Fernando Henrique. "A decisão de votar artigo por artigo é exatamente para evitar um rol compressor. Se fosse assim não precisaria ter discussão, ter Constituinte. Era só colher o maior número possível de assinaturas para um texto qualquer e pronto, estava feita a nova Constituição", argumentou.

Os progressistas do PMDB, o PT, PDT e os partidos comunistas são unânimes: a manobra do *Centrão*, para eles, é um golpe na Constituinte. Aprovada, significaria jogar abaixo todo o trabalho realizado até hoje. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, lembrou, com ironia, que o regimento interno sempre teve a concordância dos moderados, que só deram o grito ao sentirem que estavam perdendo o jogo.

"Agora eles querem criar um impasse político", criticou o líder pedetista, que acusou também o governo de permitir que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, apareça como responsável pela manobra. "Essa manobra não ajuda o presidencialismo, se é isso que pensa o governo. Não é por golpe político que vamos conseguir o presidencialismo, é pela mobilização popular que possa influenciar no plenário", advertiu.

O deputado Nelson Frie-

drich, do MUP — setor de esquerda do PMDB — acredita que outra barreira a ser enfrentada pelo *Centrão* — "Esse pessoal é capaz de tudo" — é a opinião pública, que não vai admitir a cassação do que já foi feito até o momento nem a obstrução dos trabalhos.

Regimento na mão, o deputado José Genoino, vice-líder do PT, diz que vai se basear no artigo 27 para derrubar a argumentação da direita. O artigo diz que a votação se dará por títulos ou capítulos (o *Centrão* rebate com o argumento de que o artigo se refere ao projeto já totalmente votado pela Sistematização). Genoino ironiza: "Eles querem ganhar no tapete, querem subverter a ordem para justificar a intervenção de outro poder aqui dentro. Nós vamos responder com elegância".

Mais voz dissonante vem do novo líder do PMDB: o gaúcho Ibsen Pinheiro, líder na Câmara. Não querendo se indispor com nenhum dos grupos de seus recentes liderados, Ibsen tinha ontem uma solitária posição diplomática. "Não podemos ignorar a reivindicação do grupo, se ela tiver um número expressivo, mesmo que não regimental. Não faço julgamento do mérito da proposta, mas é preciso levá-la em conta e negociar", defendia.

A Constituinte, no entender de Ibsen, não pode excluir grupos de esquerda nem de direita. Um pouco embaraçado, repetiu que não estava defendendo o grupo e admitiu que já houve tempo e espaço suficiente de participação de todos os grupos. Mas, com o mesmo argumento do *Centrão*, disse que a idéia era ampliar a participação no plenário. "Que ampliar participação que nada — rebateu o líder do PCB, deputado Roberto Freire — isso é a direita golpista mesmo, quem duvida?"

Com maioria, *Centrão* pode mudar regimento

Um total de 25 constituintes — 16 no plenário e 9 nos estados — está correndo a lista de assinaturas para obter as 280 que, correspondendo a maioria do plenário, obrigariam o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a colocar em votação as pretendidas mudanças no texto do Artigo 27 do Regimento. As alterações permitiriam a apresentação de emendas nesta última fase que, se apoiadas por maioria absoluta, teriam prioridade até sobre o texto da Sistematização.

Ontem, o deputado Daso Coimbra assegurava dispor de 210 assinaturas, mas Roberto Cardoso Alves comentava que elas passavam de 280, porque muitos dos cabeças do *Centrão* haviam providenciado algumas "surpresas" para ajudar a mudar o Regimento.

Segue, na íntegra, o texto da proposta de mudança ao Artigo 27 que será apresentada pelo *Centrão*:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº, DE 1987. Altera o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

A Assembleia Nacional Constituinte decreta:

Art. 1º. Acrescente-se ao Regimento Interno da Assembleia Nacional Consti-

LUIZ MARQUES



Roberto C. Alves

tuínte o seguinte Artigo 27, renumerando-se os demais:

Art. 27. Incluído o Projeto na Ordem do Dia, para votação, tanto em primeiro como em segundo turno, é facultada à maioria absoluta da Assembleia a apresentação de emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos e seções, artigos, parágrafos, incisos e demais dispositivos que serão relatadas oral e conclusivamente, em Plenário, pelo Relator da Comissão de Sistematização, sendo-lhe vedado apresentar novas emendas.

Parágrafo Único. As emendas apresentadas com base neste Artigo, até

o início da tomada de votos da respectiva matéria, terão preferência sobre todas as demais conexas, que ficarão prejudicadas com sua aprovação, aplicando-se-lhes o rito previsto no § 4º do Art. 64, independentemente do requerimento ali exigido.

Art. 2º. Este Projeto de Resolução entra em vigor na data de sua aplicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o § 2º do Art. 23.

JUSTIFICAÇÃO

Justifica a presente proposta, a necessidade de garantir à Assembleia Nacional Constituinte meios de oferecer à Nação um texto constitucional que atenda aos interesses do País, segundo o critério da maioria absoluta dos representantes do povo.

A forma proposta adota a possibilidade de apresentação, pela maioria absoluta, de emendas substitutivas, aditivas e supressivas que, a precluídas em rito sumariíssimo — eis que se lhe aplicam as regras do Art. 64 do Regimento — serão examinadas na mesma sessão em que forem apresentadas, revigorando o princípio universal da Soberania do Plenário.

ArtCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

O direito é superior ao querer e ao poder

O fato de o Presidente da República querer o regime presidencialista não lhe dá o direito, como chefe de um Poder, de mudar o regimento da Constituinte para satisfazer ao seu querer. O povo, também, quer o presidencialismo, e para isso elegeu os seus representantes. Mas esse mesmo povo não pode destituir seus representantes dentro do mandato porque eles desrespeitaram a manifestação popular.

O poder do Executivo não pode superar o do Legislativo, e se tal ocorrer tudo irá acontecer dentro do que a história nos mostra. Pedro II fechou a Constituinte, criou a sua própria Constituição. Custou-lhe o Império. Pode acontecer o mesmo, agora, porque a história sempre se repete quando alguém busca, através de sofismas ou artimanhas, ser mais esperto que os outros. Não se deve menosprezar a inteligência alheia, ainda mais quando se trata de coletividade.

Como as coisas estão, não se espera muito da Constituição, mas daí a se mudar o sistema de trabalho, há uma diferença muito grande.

Fala-se, por exemplo, que, para derrubar a eleição em Brasília, serão necessários 280 votos no plenário. Mas falta o esclarecimento. O assunto vai mesmo a plenário, e serão precisos também 280 votos para aprovar o que foi dito na Comissão. Desta forma, o que está havendo é falta de informação. O regime parlamentarista também terá que ter em plenário 280 votos para ser aprovado, porque a Constituinte não vai aprovar um artigo por omissão. Se a Comissão foi a favor, o plenário também terá que se manifestar. Por isso, é deplorável o que estão querendo — alterar o regimento para auferir vantagens pessoais.

XXX

DESTAQUE — A imprensa mundana carioca destaca como razão da viagem do governador Moreira Franco a Paris o fato de o guia Michelin haver prometido fazer uma pesquisa sobre os principais restaurantes do Rio. Para um País que passa fome, a notícia tem um resultado muito diferente do intencional do colonista.

XXX

AUTONOMIA — Para os que defendem a autonomia de Brasília, recomenda-se a leitura da entrevista do ministro José Hugo: "Não há liberdade política, onde não há liberdade econômica".

XXX

CARROS — Diante da falta de carros no mercado nacional, o Governo poderá a qualquer momento fazer como fez no caso da falta de carne, arroz, trigo, feijão: importar livremente. Assim, as montadoras teriam mais cuidados com os clientes.

XXX

APARTAMENTO JK — Hoje, quando muita gente vê em anúncio do "CORREIO BRAZILIENSE" alguém oferecendo à venda um apartamento JK pode pensar que se trata de uma homenagem ao ex-Presidente. Mas representa exatamente uma das mais terríveis críticas a Brasília.

Terminava o ano de 1959, quando o então presidente Juscelino Kubitschek ia inaugurar, na Superquadra 413 um grupo de edifícios para solteiros. São edifícios de três andares, sem elevador, os apartamentos têm um quarto, cozinha pequena e sem área de serviço.

Para Brasília, um apartamento assim era uma aberração, já que naquela época o que mais o povo via era a extensão do horizonte.

Imagine, inaugurar um apartamento assim em Brasília — era a exclamação.

Benjamin Soares Cabello, que depois viria a morrer num desastre de avião entre Brasília e Rio, escreveu uma crônica em "O Cruzeiro", sobre esses apartamentos. E nasceu, daí, a expressão apartamento JK, que não era nenhuma homenagem ao Presidente, mas apenas para dizer que o apartamento era composto apenas de janela e kitchenete.

Sarney insiste no presidencialismo

O presidente José Sarney continua irredutível com relação à manutenção do sistema presidencialista de governo. Ele acredita ser possível vencer o parlamentarismo no plenário da Constituinte, pois dispõe de informações seguras de que os presidencialistas representam a maioria.

Embora já tenha demonstrado a sua convên-

cia com a ação do grupo suprapartidário de constituintes moderados, Sarney, ainda não se posicionou abertamente sobre o projeto de resolução que será apresentado para alterar o regimento interno, permitindo a apresentação de um substitutivo no plenário, juntamente com o projeto, do deputado Bernardo Cabral.